



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba

**PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
2018-2020**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
2018-2020

João Pessoa - Paraíba
2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
2018-2020

Projeto de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para o período de 2018 a 2020, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Estrutura Organizacional 2018

Reitor

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

Pró-Reitora de Ensino

Mary Roberta Meira Marinho

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Francilda Araújo Inácio

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Tânia Maria de Andrade

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Manoel Pereira de Macedo Neto

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Marcos Vicente dos Santos

Pesquisador Institucional

Antônio Feliciano Xavier Filho

Diretor de Educação Superior

Geísio Lima Vieira

Assessora de Relações Internacionais

Mônica Maria Montenegro de Oliveira

Diretor de Educação Profissional

Degmar Francisca dos Anjos

Ouvidor-Geral

Francisco Fernandes Pinheiro

Diretor de Educação à Distância

Francisco de Assis Rodrigues Lima

Diretor de Gestão de Pessoas

Aguinaldo Tejo Filho

Diretora de Articulação Pedagógica

Rivânia de Sousa Silva



Comissão Própria de Avaliação
Portaria nº 1421/2018-Reitoria

Presidente

Francisco Fernandes de Araújo Neto

Representantes Docentes

Antônio Feliciano Xavier Filho
Francisco Fernandes de Araújo Neto
Severino Cesarino da Nóbrega Neto
Danilo Medeiros Arcanjo Soares (suplente)
Glayds Richele Araújo Veiga (suplente)
Jandeilson Alves de Arruda (suplente)

Representantes Técnicos-Administrativos

Dannilo José Pereira
Wilker Gomes Raposo
Genésio José da Silva
Igor Rafael de Moura Alves (suplente)
Mônica Auricélia Oliveira Santana (suplente)
Filipe Francilino de Sousa (suplente)

Representantes Discentes

Amélia Catariana Batista Tavares
Ibérica Ferreira Gouveia
Wellington Pereira de Souza
Richard Sidney de Souza e Silva (suplente)
Leandro Levy Ferreira Rodrigues (suplente)
Yago Wanderley Simões (suplente)

Representantes Sociedade Civil Organizada

Geraldo Tadeu Indrusiak da Rosa (CRA-PB)
Corjesu Paiva dos Santos (CREA-PB) (suplente)

Colaboradores

Geísio Lima Vieira
Giuseppe Anthony Nascimento de Lima
José Arimatéia Augusto de Lima
Ramiro Manoel Pinto Gomes Pereira



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	05
2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	06
2.1 A EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFPB.....	09
2.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA CPA.....	11
3 OBJETIVOS DO PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	13
3.1 OBJETIVO GERAL.....	13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
4 METODOLOGIA.....	14
5 PLANO DE AÇÃO.....	19
6 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	23
7 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO.....	25
8 ELEMENTOS CONCLUSIVOS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30



1 APRESENTAÇÃO

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), prevê a criação de Comissões Próprias de Avaliação (CPA) com o objetivo conduzir os processos de avaliação internos das instituições de ensino superior, bem como da sistematização e prestação de informações solicitadas pelo INEP.

O presente Projeto de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PAI IFPB 2018-2020), elaborado pela Comissão Própria de Avaliação é concernente às ações em andamento e a serem provisionadas e implementadas neste triênio, conforme o calendário de avaliações e formatação requisitada pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

É atribuição da Comissão Própria de Avaliação promover o fornecimento de informações e o acompanhamento contínuo do desenvolvimento institucional, considerando a verificação da qualidade das políticas institucionais e das ações acadêmicas e administrativas vigentes, incluindo-se aquelas emanadas da percepção autoavaliativa dos diversos segmentos que compõem a instituição (discentes, egressos, docentes, técnicos-administrativos e sociedade).

Portanto, notabiliza-se a importância do processo autoavaliativo e de seu preparo, que deve endossar o pleno engajamento e autorreflexão destes segmentos institucionais, bem como o seu absoluto alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A autoavaliação institucional oportuniza, democrática e abertamente, que os diversos segmentos apontem a situação da instituição, subsidiando (i) o diagnóstico de fragilidades e potencialidades da instituição; (ii) a implantação ou redirecionamento de políticas e ações que garantam o aprimoramento institucional; (iii) a satisfação de seus diversos segmentos; e (iv) uma melhor amoldamento de seus cursos superiores às exigências de qualidade requisitadas nas avaliações externas, preestabelecidas pelos SINAES.

Sob essas fundamentais premissas, este projeto abrange todo o referencial normativo e metodológico para condução dos processos autoavaliativos, perpassando pela definição de atividades como a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, o estabelecimento de seus meios de aplicação e dos prazos, culminando com a designação de como ocorrerá a publicização dos resultados da avaliação, das análises dos resultados e das ações de superação propostas.

Apesar deste projeto de autoavaliação ser centrado nos cursos superiores, espera-se que a verificação e a melhoria da qualidade se estendam às demais modalidades e níveis de ensino do IFPB, também impactando no beneficiamento de seus cursos técnicos, considerando o perfil institucional de educação pluricurricular, multicampi e sua especialização na diversificação da oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os níveis.

Coordenado pela Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal da Paraíba, este Projeto de Autoavaliação Institucional está estruturado para orientar a Comissão Própria de Avaliação e as Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs) dos campi no desenvolvimento das ações previstas em seus documentos, viabilizando o processo de busca de indicadores, fatos e ações úteis para a Reitoria, Pró-Reitorias, Direções Sistêmicas, Direções dos Campi e Coordenações de Cursos. Nesta direção, será possível estabelecer e monitorar os aspectos emanados pela comunidade interna, externa e pelo PDI (Termos e Metas) vigente, considerando resultados já alcançados e os que aguardam consolidação ou implantação de ações.

O conteúdo expresso neste projeto será objeto de análise e discussão junto a comunidade do IFPB, como forma de produzir sentidos à avaliação institucional e de fomentar uma cultura de autoavaliação na IES, contribuindo para o seu planejamento e para o progresso institucional.

As informações aqui apresentadas possibilitarão, também, o estabelecimento de um referencial que viabilize a replicação e o aprimoramento dos procedimentos e ações de avaliação, contribuindo para a orientação deste e dos próximos projetos autoavaliativos da instituição.

Com o objetivo de conduzir o processo de autoavaliação do IFPB durante o triênio 2018-2020, com base nas prerrogativas do SINAES e em consonância com o PDI, de forma a sistematizar os dados para prestação de informações ao INEP e aos diversos segmentos institucionais, esse projeto de autoavaliação institucional é composto de oito capítulos, contemplando a apresentação do projeto, breve histórico sobre a instituição, processos de avaliação desenvolvidos, operacionalização da CPA, objetivos gerais e específicos do projeto, metodologia, plano de ação, instrumentos de avaliação, cronograma de avaliação, e por fim os elementos conclusivos e bibliografia utilizada.

2 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB tem sua história centenária a partir do Decreto do Presidente Nilo Peçanha de criação da Escola de Aprendizes na Parahyba (1909/1936), passando por diversas etapas institucionais, como Lyceu Industrial de João Pessoa (1937-1941), Escola Industrial de João Pessoa (1942-1957), Escola Industrial Coriolano de Medeiros (1958-1964), Escola Industrial Federal da Paraíba (1965-1966), Escola Técnica Federal da Paraíba (1967-1998), Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (1999-2008).

Com sede em João Pessoa, estado da Paraíba, nasceu da união do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Unidade de João Pessoa e Unidade Descentralizada de Cajazeiras) e da Escola Agrotécnica de Sousa, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e sendo instituído por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFPB promove a educação profissional, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu* (mestrado e doutorado). Também atua na Educação de Jovens e Adultos, por meio do PROEJA, PROJOVEM, Programa Mulheres Mil e PRONATEC e na modalidade Educação a Distância (EaD).

O IFPB tem como órgão Executivo a Reitoria, localizada em João Pessoa, capital da Paraíba. Possui 21 (vinte e uma) unidades, entre **Campus** (Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita, Santa Luzia e Sousa), **Campus Avançado** (Cabedelo Centro, João Pessoa Mangabeira e Soledade) e **Campus em fase de implantação** (Areia e Pedras de Fogo).

A instituição tem como missão a oferta da educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

Caracterizado como uma instituição multicampi, no cumprimento de suas obrigações legais e de agente de transformação regional, o IFPB se articula com a finalidade principal de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, buscando

desenvolver a o processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

A instituição oferta 109 cursos ao todo, abrangendo os diversos níveis e modalidades. O Quadro 01 apresenta o panorama geral da quantidade de cursos e matrículas por cada modalidade.

Quadro 1. Cursos Ofertados e Discentes Matriculados - IFPB 2015¹, 2016¹ 2017².

Modalidade	Quantidade de Cursos/Ano			Número de Matrículas/Ano		
	2015	2016	2017	2015 ¹	2016	2017 ²
Cursos Técnicos de Nível Médio						
Técnico Integrado Ensino Médio e Subsequente	55	55	58	6.098	13.744	11.934
Graduação						
Tecnologia	22	22	22	4.099	8.458	5.793
Licenciatura	6	7	7	646	1.539	1.350
Bacharelado	5	6	6	1.184	2.359	2.108
Pós-graduação						
Especialização	3	3	3	114	189	172
Mestrado	1	1	1	43	67	47
Educação a Distância – EaD						
Técnico Subsequente e profuncionário	2	2	2	2.325	171	1.309
Especialização	-	-	-	-	-	242
Licenciatura	2	2	2	677	1352	1.792
Bacharelado	1	1	1	113	-	244
PARFOR						
Licenciatura	1	1	1	48	48	48
FIC	6	10	6	169	815	741
Total	105	109	109	15.347	28.854	25.780

Fonte: SUAP, 2017

No âmbito da educação superior, foco maior deste projeto de autoavaliação, o IFPB atualmente oferta 38 cursos superiores, sendo 35 presenciais e 3 EaD, distribuídos em 10 campi. O Quadro 02 apresenta a relação dos cursos superiores por campus.

Quadro 02 – Relação de Cursos Superiores por Campus

CAMPUS	CURSO
Cabedelo	Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico
Cajazeiras	Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil Curso Superior de Licenciatura em Computação e Informática – EaD Curso Superior de Licenciatura em Matemática Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial
Campina Grande	Curso Superior de Bacharelado em Engenharia da Computação Curso Superior de Licenciatura em Física Curso Superior de Licenciatura em Matemática Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios Curso Superior de Tecnologia em Telemática

Guarabira	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial
-----------	--

Continuação Quadro 02 – Relação de Cursos Superiores por Campus.

João Pessoa	Curso Superior de Bacharelado em Administração Curso Superior de Bacharelado em Administração Pública - EaD Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica Curso Superior de Licenciatura em Letras - EaD Curso Superior de Licenciatura em Química Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet
Monteiro	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios
Patos	Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
Picuí	Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia
Princesa Isabel	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
Sousa	Curso Superior de Bacharelado em Medicina Veterinária Curso Superior de Licenciatura em Educação Física Curso Superior de Licenciatura em Química Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia Curso Superior de Tecnologia em Alimentos Curso Superior de Educação Física PARFOR

O Campus João Pessoa, situado na capital do Estado, possui o maior número de cursos superiores, totalizando quatorze cursos, seguido pelo Campus Sousa, com seis cursos, e o Campus Cajazeiras e Campina Grande, com cinco cursos cada.

Esses quatro campi apresentam os maiores números em diversos indicadores, a exemplo de abrangência regional, quantidade de alunos e servidores, quantidade de cursos, volume orçamentário e tempo de funcionamento.

2.1 EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFPB

No biênio 2005-2006 a Comissão Própria de Avaliação realizou uma Avaliação Institucional Interna do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), que caracterizou-se como um trabalho de coleta de informações e análise crítica acerca da estrutura, enfatizando que as conclusões obtidas foram respaldadas em questionários

diferenciados. O resultado foi disponibilizado no sistema de registro acadêmico, para que as categorias de docentes, técnicos-administrativos e discentes pudessem emitir suas impressões acerca do desenvolvimento da instituição, com a visão de fortalecer e ampliar a qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa, valorizando como principal indicador a coerência entre o que está previsto na missão institucional, no plano de intenções (Projeto Político Institucional - PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que aparece como um conjunto de metas a serem alcançadas e o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC).

No biênio 2008-2009, período no qual foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a instituição passa a ser denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, a CPA realizou um novo processo de Autoavaliação Institucional para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e às contradições, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, o redirecionamento das ações, otimização e sucesso do planejamento quantitativo e qualitativo o IFPB, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.

Na avaliação institucional 2010-2011, realizada pela Comissão Própria de Avaliação, no período de 28 a 30 de março de 2011, participaram 186 professores, 1476 discentes e 6 técnicos-administrativos dos campi João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, os quais reuniam o maior número de servidores e discentes, também eram os campi que utilizavam o novo sistema informatizado de registro acadêmico, Q-Acadêmico, através do qual foi disponibilizado o instrumento de avaliação à comunidade. Por um lado, a disponibilização do questionário nesse sistema imprimiu maior agilidade ao processo, por outro, é lícito mencionar, acabou por interferir no quantitativo da amostragem geral, uma vez que esta ficou restrita a três campi. Ainda assim, vale reiterar, foram contemplados nessa avaliação os campi com maior representatividade do ponto de vista quantitativo de servidores e discentes.

A Avaliação Institucional 2011-2014, realizada pela Comissão Própria de Avaliação no período de 01 a 12 de março de 2013, contou com a participação de 429 professores, 2.165 discentes e 74 técnicos-administrativos dos campi João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa, através do questionário disponibilizado no Q-Acadêmico. O Núcleo Avançado de Guarabira ainda não possuía acesso ao sistema, por esse motivo, participou com sua comunidade respondendo através de questionários físicos, cujos resultados foram tabulados ao final. Assim como na avaliação anterior, a disponibilização do questionário no Q-Acadêmico imprimiu maior agilidade ao processo, entretanto, acabou por interferir no quantitativo da amostragem geral, uma vez que

houve vários problemas de ordem técnica do próprio sistema, a exemplo de alguns técnicos-administrativos que, embora cadastrados, não visualizavam o questionário.

A partir do ano de referência 2015 o ciclo de Autoavaliação passou a ser de três anos, no qual o Relatório de Autoavaliação é submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, com uma versão parcial nos dois primeiros anos e uma final e integral, no terceiro ano (INEP, Nota Técnica nº 65, 2014). O ciclo autoavaliativo correspondente ao triênio 2015-2017 contou com a participação de 1133 discentes, 420 docentes e 370 técnicos administrativos. Este ciclo de autoavaliação foi caracterizado pela implementação de nova metodologia de avaliação, incorporando em seu processo a sistemática de acompanhamento dos resultados das avaliações externas e internas, novos instrumentos de avaliação e um portal para a publicação dos resultados das avaliações.

2.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA CPA

O processo de reestruturação da Comissão Própria de Avaliação - CPA do IFPB foi iniciado em 2015 com a finalidade de garantir à sistematização da autoavaliação na instituição, visando à qualidade do ensino e orientar na expansão da oferta de vagas no ensino superior no Instituto Federal da Paraíba.

A atual Comissão Própria de Avaliação é regida pela Resolução nº 241/2015, que preestabelece a coordenação dos procedimentos avaliativos internos, apoiada por suas representações sistêmicas nos campi, por meio das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs).

A partir da reestruturação em 2015, a CPA passou a contar com instalações físicas próprias, com infraestrutura de apoio como climatização, computadores com acesso à internet, mobiliário e telefone. No período correspondente ao ciclo de avaliação 2015 – 2017 a CPA foi responsável pelo desenvolvimento das seguintes ações prioritárias:

1. A reformulação do Regulamento da CPA;
2. O projeto de Autoavaliação do IFPB do período avaliativo 2015-2017;
3. A elaboração dos instrumentos de avaliação;
4. A constituição das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) em cada Campus;
5. A elaboração de cronograma contendo as principais atividades que devem ser foram realizadas no período avaliativo 2015-2017;

6. A aquisição de infraestrutura física para a CPA central e para as SPAs nos campi do IFPB;
7. A construção página da CPA no portal do IFPB;
8. E a construção da plataforma de avaliação.

A CPA realizou a constituição de suas subcomissões nos campi (SPAs) do IFPB, e conforme a resolução atual, devem ser dotadas de 1 representante discente, 1 docente, 1 técnico-administrativo e seus respectivos suplentes, eleitos por seus pares e coordenada por um docente ou técnico-administrativo, por decisão conjunta de seus membros eleitos.

Visando uma melhor interação com a comunidade interna e externa, a CPA disponibilizou no Portal Institucional as informações sobre as avaliações internas dos campi, os relatórios de autoavaliação consolidados, os relatórios de avaliação externa dos cursos superiores, os documentos que regem a comissão e demais legislações pertinentes, permitindo maior facilidade e transparência das informações.

Com base nas experiências obtidas na aplicação da sistemática de consulta interna, a CPA desenvolverá ações para adotar uma nova plataforma de avaliação integrada ao sistema de gerenciamento das atividades administrativas e acadêmicas do IFPB (o SUAP), que será utilizada para a aplicação dos instrumentos de avaliação e gerenciamento de todo o processo de avaliação, visando facilitar, dar maior celeridade e segurança na elaboração, aplicação e análise de instrumentos avaliativos, para uso a partir das consultas de 2019.

3 OBJETIVOS DO PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 OBJETIVO GERAL

Conduzir o processo de autoavaliação do IFPB durante o triênio 2018-2020, com base nas prerrogativas do SINAES e em consonância com o PDI, de forma a sistematizar os dados para prestação de informações ao INEP e aos diversos segmentos institucionais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Articular e orientar os membros da CPA e das SPAs sobre as prerrogativas regulatórias, normativas e metodológicas, de forma que possam apoiar a correta execução dos procedimentos de avaliação institucional;

II. Subsidiar a cultura do amplo debate, da liberdade de expressão e de opinião, focada na identificação das potencialidades, fragilidades e de alternativas para a melhoria do IFPB, promovendo o engajamento dos diversos segmentos que são fontes de informação para o processo autoavaliativo (estudantes, egressos, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa);

III. Realizar ampla divulgação do trabalho da CPA, considerando os resultados consolidados de suas autoavaliações e de eventuais ações intermediadas para efetiva melhoria institucional, possibilitando o acompanhamento e monitoramento dessas ações;

IV. Promover a efetiva comunicação e a integração intersetorial entre a CPA, as Direções de Campi, as Coordenações de Cursos Superiores, a Procuradoria Institucional e a Ouvidoria, com vistas a desenvolver soluções para melhoria do IFPB.

4 METODOLOGIA

A metodologia do processo de autoavaliação institucional está compartimentada em seis grandes etapas: (i) Definição; (ii) Elaboração e Preparação; (iii) Testes; (iv) Sensibilização e Execução; (v) Análise; (vi) Discussão e Divulgação dos Resultados.

A etapa de **(i) Definição**, objetiva delimitar o que deve ser avaliado e por quais segmentos institucionais se deseja obter *feedback* avaliativo, o que resulta na definição dos instrumentos avaliativos. Esta etapa compreende atividades de pesquisa e esboço dos significados que os indicadores avaliativos (questões) podem receber.

Ao término desta etapa, os indicadores são consolidados e agrupados em eixos (dimensões) de avaliação nos respectivos instrumentos de avaliação, em consonância com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, a fim de dimensionar adequadamente as fragilidades e potencialidades da instituição.

Considerando os aspectos avaliativos determinados pela nota supracitada, adotou-se para a atividade de consulta institucional a seguinte distribuição de segmentos de respondentes a serem consultados por eixo/dimensão:

EIXO	DIMENSÃO	SEGMENTOS CONSULTADOS
1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1. MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
	3. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
3. POLÍTICAS ACADÊMICAS	2. POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
	4. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
	9. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
4. POLÍTICAS DE GESTÃO	5. POLÍTICAS DE PESSOAL	<ul style="list-style-type: none"> • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
	6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
	10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none"> • DOCENTES

		<ul style="list-style-type: none"> • TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
5. INFRAESTRUTURA FÍSICA	7. INFRAESTRUTURA FÍSICA	<ul style="list-style-type: none"> • DISCENTES • DOCENTES

Para o segmento de EGRESSOS será aplicado um questionário com indicadores específicos sobre como os mesmos tem se inserido no mercado de trabalho e sua relação com o IFPB durante a realização do curso. O instrumento também tem a finalidade de avaliar a qualidade da formação oferecida pelo IFPB e quais os interesses buscados para a continuação de seus estudos.

Para os segmentos DISCENTES e DOCENTES, haverá direcionamento da aplicação dos questionários, considerando o seu vínculo com Cursos Superiores PRESENCIAIS e EaD, dada as especificidades de indicadores a serem avaliados para cada modalidade.

Os segmentos consultados deverão atribuir para cada indicador os seguintes significados (conceitos):

CONCEITO	DESCRIÇÃO
0	Quando o indicador da dimensão avaliada NÃO SE APLICA OU É DESCONHECIDO.
1	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito BASTANTE INSATISFATÓRIO
2	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito INSATISFATÓRIO
3	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito SATISFATÓRIO
4	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito BOM
5	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito EXCELENTE

A etapa **(ii) Elaboração e Preparação**, objetiva formatar os indicadores de cada instrumento avaliativo definido na etapa anterior, estabelecendo-se os meios de aplicação e sua manipulação. Desta forma, são construídos os instrumentos avaliativos, considerando a cobertura dos indicadores por dimensão, o melhor formato de apresentação para o meio de aplicação selecionado e a viabilização da análise de conceitos em níveis (essencialmente, para toda instituição, por campus e por curso).

Para garantir a agilidade, segurança e anonimato ao longo da aplicação do processo de consulta aos segmentos, será usado o meio eletrônico como o adequado para consulta. Para

isso, uma aplicação de software deverá ser adaptada para garantir que um respondente de um segmento institucional faça a sua avaliação apenas uma única vez.

Para a consulta institucional, serão estabelecidos os seguintes recursos de autenticação, de forma que os dados pessoais não sejam vinculados à análise de respostas, exceto aqueles dados diretamente ligados a análise em níveis.

SEGMENTO	DADOS DE AUTENTICAÇÃO	DADOS PARA ANÁLISE EM NÍVEIS
Discentes	CPF (sem pontos e hífen)	Campus e Curso
Egressos	Chave de Acesso*	Campus e Curso
Docentes	MATRICULA	Campus e Curso
Técnicos-Administrativos	MATRICULA	Campus
Comunidade Externa	Chave de Acesso*	Campus

*a Chave de Acesso é um código de identificação única entregue ao respondente.

Para a consulta institucional foram definidas as seguintes estratégias de disponibilização e de uso da plataforma de avaliação:

SEGMENTO	ESTRATÉGIAS
Discentes	<ul style="list-style-type: none"> • Preferencialmente, em atividades desenvolvidas nos laboratórios de informática dos cursos. • Via Internet.
Egressos, Docentes, Técnicos-Administrativos e Comunidade Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Via Internet.

Com o objetivo de promover a apropriação dos resultados e o desenvolvimento de ações de planejamento a partir das avaliações internas e externas, a CPA deverá realizar o acompanhamento dos resultados das avaliações anteriores, considerando a análise dos resultados das avaliações externas dos cursos superiores realizadas pelo INEP, com informações a serem prestadas pelas coordenações dos cursos superiores e dos respectivos gestores dos campi. Para isso, serão utilizados formulários de acompanhamento das avaliações como instrumentos de coleta de dados, onde as coordenações realizarão o ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES, em que serão abordados:

- A relação de ASPECTOS MAL AVALIADOS (não atende aos requisitos das avaliações);
- A proposição de AÇÕES, para superação de aspectos mal avaliados ou que exigem atenção;
- As indicações do NÍVEL DE ACOMPANHAMENTO ou PROGRESSO, considerando as AÇÕES propostas pelos gestores, com relação a esses aspectos.

O ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES, portanto, será considerada como uma atividade de avaliação relevante no processo de autoavaliação do IFPB, que permitirá um maior envolvimento dos gestores na tomada de decisões e acompanhamento mais eficiente das ações, com a intermediação da CPA e suas respectivas SPAs, no sentido de sanar aspectos avaliados negativamente, na busca de melhorar, em tempo hábil, tais deficiências.

A etapa (iii) **Testes** considera a verificação de requisitos como facilidade de compreensão e abrangência dos indicadores, bem como a facilidade de uso e tempo de resposta de cada um dos instrumentos avaliativos utilizados. Sessões de testes deverão ser realizadas com respondentes de cada segmento, que devem manipular o instrumento avaliativo real: a plataforma online. Nesta etapa, o foco será em ajustes eventuais, que devem ser imediatamente corrigidos para não inviabilizar a aplicação e análise das consultas.

A etapa (iv) **Sensibilização e Execução** compreendem as ações de divulgação para convocação dos segmentos institucionais, orientando-os sobre a sua participação e os prazos. A sensibilização se iniciará a partir do envio por e-mail de comunicados instrucionais destinados aos Diretores Gerais, Diretores de Ensino e Coordenadores de Cursos Superiores, bem como, de comunicados instrucionais para o devido apoio nos campi pelos respectivos membros das SPAs. Complementarmente, para cada segmento, as seguintes estratégias de divulgação estão previstas:

SEGMENTOS ATINGIDOS ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO	ESTUDANTES	EGRESSOS	DOCENTES	TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	COMUNIDADE EXTERNA
Cartaz informativo	X	X	X	X	X
Destaque na página inicial do site institucional	X	X	X	X	X

Redes sociais oficiais da instituição	X	X	X	X	X
Redes sociais oficiais dos cursos superiores da instituição	X	X	X		
E-mail/comunicado de convite para acessar a plataforma online de avaliação, com instruções gerais.		X	X	X	
Mensagem no comunicador do Sistema Acadêmico	X				

A etapa seguinte, de **(v) Análise**, considera a obtenção da frequência das respostas para cada indicador avaliado por segmento de respondentes e pelos demais níveis de análise já supracitados. Desta forma:

- Grupos de trabalho por campi, supervisionados pelo respectivo membro representante da CPA, deverão supervisionar as SPAs, no sentido de consolidar os dados e de estabelecer a relação causal (origem) de indicadores mal avaliados;
- Disponibilização dos dados, seguindo modelo de relatório por campi a ser disponibilizado pela CPA, que serão compilados em um relatório institucional autoavaliativo final.

Na etapa final, **(vi) Discussão e Divulgação dos Resultados**, compreende as ações de discussão dos resultados obtidos e publicização dos relatórios da avaliação para a comunidade acadêmica. Será considerado as seguintes ações:

- Debates com os segmentos envolvidos, apresentando os dados consolidados dos campi e dos cursos, para efeito de refinamento da relação causal e do estabelecimento de ações de melhoria. Isso permitirá o posterior monitoramento pela CPA, sendo esta etapa fundamental para interagir com os seguimentos consultados e definir estratégias de ação;
- Aprovação do relatório final e apresentação aos dirigentes da instituição;
- Publicização do relatório de avaliação na página da CPA, no portal oficial da instituição.

Desta forma, os relatórios serão elaborados e entregues por cada grupo de trabalho do respectivo campus (SPA), subsidiando a elaboração de um relatório final pela CPA, a qual deverá elaborar e revisar, conjuntamente, pareceres de análise em nível institucional, realizando consultas para tomada de ações aplicáveis neste nível.

O formato de apresentação dos relatórios avaliativos deverá considerar os níveis de análise dos dados avaliativos, evidenciando as potencialidades e fragilidades a partir da

frequência de respostas para cada conceito atribuído (0 à 5) no indicador (questão), considerando amostras por curso, por campi e institucional.

Considerando a atribuição dos conceitos em formato quali-quantitativo, ficará a critério da CPA a disponibilização de análises consolidadas com atribuição de conceitos nesse formato, para todo um curso, campus e institucionalmente, considerando os eixos e dimensões abordados nas consultas.

Os capítulos seguintes apresentam o plano de ações e cronograma previsto para execução das etapas estabelecidas na metodologia.

5 PLANO DE AÇÃO

Para melhor atendimento às necessidades do IFPB e também para maior eficiência do processo avaliativo, a CPA construiu um plano de ação, constituído de seis objetivos: **(i)** Aprimorar o processo de avaliação nos campi, **(ii)** Institucionalizar o Projeto de Avaliação junto à comunidade acadêmica dos cursos técnicos, **(iii)** Promover a formação continuada dos membros da CPA, **(iv)** Investir em pesquisas e publicações sobre a avaliação interna, **(v)** Acompanhar as ações de melhoria decorrentes dos resultados da autoavaliação, com desenvolvimento de políticas de adequação de desempenho, e **(vi)** Participar do processo de acompanhamento e implementação das ações propostas no PDI 2015-2019.

As ações a serem desenvolvidas para cada objetivo, prazos e responsáveis estão descritos nos quadros a seguir.

- Objetivo 1: Aprimorar o processo de avaliação nos campi do IFPB.

AÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Promover a autoavaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação, bem como a avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.	Segundo semestre de cada ano, a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Promover a análise de dados apresentados nos relatórios de avaliação interna, de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento da instituição.	Segundo semestre de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Analisar os resultados do Enade e os dados apresentados no Censo Superior, contribuindo para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos superiores.	Segundo semestre de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Aplicação dos instrumentos avaliativos nos campi.	A partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015-2017

Reformular os atuais instrumentos de avaliação interna de acordo com os novos instrumentos do INEP, considerando as especificidades do IFPB.	Ação contínua a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Divulgar o processo de avaliação por meio de reuniões, seminários, boletins informativos, cartazes, <i>folders</i> , faixas, mídias sociais e outras mídias eletrônicas.	Um mês antes de cada processo avaliativo, a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Reunir-se com docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade, a fim de divulgar o processo avaliativo, bem como prestar esclarecimentos sobre a legislação concernente a avaliação interna e sobre a amplitude avaliativa do SINAES.	Um mês antes de cada processo avaliativo, a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Difundir a cultura de avaliação interna e divulgar o processo de avaliação por meio da participação em eventos institucionais	Durante todo o ciclo avaliativo 2018 - 2020	Comissão Própria de Avaliação
Divulgar o resultado da avaliação por meio de <i>feedbacks</i> individualizados, envio de memorandos, utilização dos recursos midiáticos, bem como em reuniões com os dirigentes da instituição.	Nos meses seguintes ao término do processo avaliativo	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

- Objetivo 2: Institucionalizar o Projeto de Avaliação junto à comunidade acadêmica dos cursos técnicos.

ACÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Sensibilizar a comunidade acadêmica dos cursos técnicos quanto à importância do processo avaliativo.	Primeiro semestre de cada ano, a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Adequar os instrumentos de avaliação à realidade dos cursos técnicos do IFPB.	Primeiro semestre de cada ano, a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Divulgar o processo de avaliação por meio de boletins, cartazes, <i>folders</i> , faixas, redes sociais e outras mídias eletrônicas.	Um mês antes de cada processo avaliativo, a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Reunir-se com docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade, a fim de divulgar o processo avaliativo, bem como prestar esclarecimentos sobre a legislação concernente à avaliação interna e a amplitude avaliativa de cada processo avaliativo.	Ação contínua a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Aplicar anualmente o instrumento de autoavaliação institucional, o instrumento de avaliação de cursos e o de avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.	Ação contínua a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

Divulgar o resultado da avaliação por meio de <i>feedbacks</i> individualizados, envio de memorandos, utilização dos recursos midiáticos, bem como em reuniões com os dirigentes da instituição.	Nos meses seguintes ao término do processo avaliativo, a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
--	---	---

- **Objetivo 3: Promover a formação continuada dos membros da CPA.**

AÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Agendar encontros periódicos dos membros da CPA com vistas à capacitação e atualização dos conhecimentos.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Participar de cursos, seminários, congressos e outros eventos promovidos por instituições externas relacionados a avaliação institucional.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

- **Objetivo 4: Investir em pesquisas e publicações sobre a avaliação interna.**

AÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Desenvolver pesquisa e promover a publicação de textos científicos sobre avaliação interna, especialmente artigos.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Apresentar trabalhos em colóquios, fóruns, congressos e outros eventos sobre avaliação interna.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

- **Objetivo 5: Acompanhar as ações de melhoria decorrentes dos resultados da autoavaliação, com desenvolvimento de políticas de adequação de desempenho.**

AÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Identificar os pontos frágeis, direcionando aos responsáveis de cada setor, para tomar as devidas providências.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Propor, juntamente com os responsáveis por cada setor, ações de melhoria do Desempenho.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Organizar encontros com a comunidade acadêmica para discussão dos resultados e proposição de ações de melhoria.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

- Objetivo 6: Participar do processo de acompanhamento e implementação das ações propostas no PDI 2015-2019.

AÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Participar de reuniões para monitoramento e avaliação da implementação do PDI do IFPB para o período 2015-2019.	Ação contínua a ser realizada a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Contribuir com informações relevantes para o monitoramento da qualidade dos cursos técnicos e superiores do IFPB	Ação contínua a ser realizada a partir de 2019	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação
Propor ações para a efetiva implementação do PDI do IFPB 2015-2019 na instituição, especialmente no que se refere à qualidade dos cursos técnicos e superiores, bem como melhorias nas condições de trabalho dos servidores.	Ação contínua a ser realizada uma vez a cada ano a partir de 2018	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação

Para o primeiro semestre de 20168 caberá a CPA desenvolver as seguintes ações prioritárias:

- Reformulação/atualização do projeto de autoavaliação institucional;
- Realizar a análise dos resultados das avaliações do ciclo 2015-2017, trabalhando de forma colaborativa com as coordenações de curso, garantindo a apropriação dos resultados das avaliações.
- Reformulação/atualização do instrumento de autoavaliação institucional;
- Reformulação/atualização do instrumento de avaliação de cursos de graduação;
- Reformulação/atualização do instrumento de avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.

Através da execução desse plano de ações, a CPA anseia por consolidar o trabalho da comissão junto à comunidade acadêmica e a sociedade em geral, fortalecendo o processo de avaliação na instituição e acompanhando de maneira sistemática as ações de melhoria decorrentes dos resultados das autoavaliações, com desenvolvimento de políticas de adequação de desempenho.

6 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Como órgão responsável pela condução do processo de avaliação interna da instituição no período de 2018-2020, a CPA envidará esforços para utilizar um instrumento de avaliação que melhor represente a instituição e seja aplicado de forma ampla e aperfeiçoada.

Para isso é necessário o desenvolvimento de novos instrumentos avaliativos, considerando os instrumentos de avaliação aplicados pelo INEP: instrumento de avaliação institucional externa e o instrumento de avaliação de cursos de graduação, presencial e a distância, e as orientações expressas pelo SINAES.

A proposta de trabalho da CPA para a autoavaliação institucional deve ocorrer mediante a aplicação, de quatro instrumentos de avaliação: **(a)** Formulário de acompanhamento dos Resultados das Avaliações Anteriores; **(b)** Questionário de autoavaliação institucional, direcionado a professores, alunos, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa; **(c)** Questionário de avaliação docente e autoavaliação discente. Cumprindo o que está previsto nas orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

a) Acompanhamento dos Resultados das Avaliações Anteriores: Etapa preliminar do processo de avaliação, responsável por garantir a apropriação dos resultados das avaliações externas e internas anteriores, permitindo a identificação das fragilidades e potencialidades dos cursos e da instituição, subsidiando o desenvolvimento de ações de superação e a construção de instrumentos adequados a realidade do IFPB.

b) Autoavaliação Institucional: elaborado em consonância com as dimensões do SINAES e instrumento de avaliação institucional externa do INEP. Para cada dimensão, construir indicadores que reflitam a realidade e a vocação do Instituto;

c) Avaliação da Educação Superior: construído com base no instrumento de avaliação de cursos do INEP, contemplando as seguintes dimensões: atuação da direção no curso; atuação da coordenação de curso; ações relativas ao ensino; ações relativas à pesquisa e à extensão; ações relativas à infraestrutura. Para cada dimensão, elaborar indicadores que reflitam a realidade e a vocação do curso avaliado; e,

d) Avaliação docente e autoavaliação discente: constitui-se de dois blocos distintos, sendo que, no primeiro, o aluno irá avaliar o seu aproveitamento em cada disciplina cursada e sua conduta em relação à turma e a cada professor; e, no segundo, avaliará o professor de cada disciplina cursada, a partir das seguintes dimensões: cumprimento das

atribuições docentes; prática docente; e competência relacional. Cada uma dessas dimensões contempla indicadores específicos.

O questionário de avaliação institucional é um instrumento único a ser aplicado nos seguintes grupos de respondentes: docentes, discentes e técnicos-administrativos. Essa mesma regra é aplicada para ao questionário de avaliação de curso. Os representantes da comunidade externa também poderão avaliar a instituição e os cursos a partir de instrumentos específicos, mais condizentes com a realidade desse público. O questionário de avaliação docente e autoavaliação discente serão aplicados aos alunos dos cursos de graduação, ação esta que poderá ser estendida, posteriormente, aos alunos dos cursos técnicos.

Caso o respondente não tenha conhecimento do que for abordado pelo indicador, ou o indicador não se aplica ao respondente, ele deverá assinalar a opção “Não se Aplica ou é Desconhecido”, que será analisada a parte, e caso apresente um índice muito elevado, as Subcomissões Próprias de Avaliação deverão promover uma pesquisa qualitativa, do tipo grupo focal, para melhor identificação dos problemas e proposta de soluções.

Os instrumentos de avaliação interna do IFPB contemplarão as dimensões do SINAES, bem como as do questionário de avaliação de cursos de graduação, que serão exatamente as mesmas constantes do novo instrumento do INEP.

O objetivo é que os questionários institucionais de avaliação interna se aproximem dos questionários avaliação externa, apresentando as especificidades necessárias ao contexto institucional, com simplicidade e objetividade necessárias à compreensão de todos os respondentes.

7 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO

Para atender ao disposto na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº065/2014, com relação ao período avaliativo 2018-2020, serão entregues 03 (três) relatórios ao INEP: um relatório parcial em março de 2019, um relatório parcial em março de 2020 e um relatório final em março de 2021.

Serão divulgados anualmente os seguintes relatórios:

- a) Relatórios parciais da autoavaliação institucional, contendo os aspectos gerais da autoavaliação dos anos base de 2018 e 2019, respectivamente em 2019 e 2020;
- b) Relatórios parciais de avaliação de cursos de graduação (ano base 2018) e de cursos de graduação e técnicos (ano base 2019), respectivamente em 2019 e 2020;
- c) Relatórios parciais de avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente (para cursos de graduação, ano base 2018) e de cursos de graduação e técnicos (ano base 2019), respectivamente em 2018 e 2019; e,
- d) Relatório final: referente as atividades de avaliação desenvolvidas durante o ciclo 2018 – 2020.

No primeiro ano do ciclo de avaliação, serão aplicados os instrumentos de acompanhamento dos resultados das avaliações anteriores, que garantirá a apropriação dos resultados das avaliações anteriores, bem como a identificação das potencialidades e fragilidades que serão tratadas nas rodadas de avaliações seguintes.

Como pode ser observado no cronograma abaixo, pretende-se realizar duas rodadas de avaliação, uma em setembro de 2019 e uma em setembro de 2020. Na primeira rodada serão aplicados dois instrumentos: a) autoavaliação institucional e b) avaliação dos cursos de graduação (e posteriormente para os cursos técnicos). Na segunda, será aplicado um instrumento, contendo duas avaliações: a) avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.

PERÍODO 2018-2019			
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	INÍCIO	TÉRMINO
1. Revisão do Regimento da CPA.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Abril de 2018	Maior de 2018
2. Atualização do Projeto de autoavaliação institucional.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Abril de 2018	Junho de 2018
3. Curso de capacitação para os membros da CPA (central e coordenadores das locais).	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Maior de 2018	Julho de 2018

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015-2017

4. Acompanhamento dos resultados das avaliações anteriores.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação Coordenações de Curso	Junho de 2018	Agosto de 2018
5. Atualização/elaboração dos questionários de a) autoavaliação institucional e b) avaliação de cursos de graduação.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Abril de 2018	Julho de 2018
6. Divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica para aplicação dos questionários sobre autoavaliação institucional e avaliação de cursos de graduação.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Agosto de 2018	Agosto de 2018
7. atualização/reformulação do questionário sobre avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Setembro de 2018	Setembro de 2018
8. 1ª. Rodada de avaliações: disponibilização/aplicação dos questionários: avaliação de cursos de graduação.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Setembro de 2018	Setembro de 2018
9. Elaboração do relatório parcial consolidado.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Dezembro de 2018	Fevereiro de 2019
10. Finalização do 1º relatório parcial e envio para o INEP.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2019	Março de 2019
11. Envio do relatório para reitor, pró-reitores, diretores gerais e procurador institucional.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2019	Março de 2019
12. Divulgação dos dados do 1º relatório parcial via seminário e publicações.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2019	Março de 2019

PERÍODO 2019-2020			
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	INÍCIO	TÉRMINO
13. Curso de capacitação para os membros da CPA (central e coordenadores locais).	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Abril de 2019	Junho de 2019
14. Atualização/elaboração dos questionários de a) autoavaliação institucional e b) avaliação de cursos de graduação para atender às necessidades dos cursos técnicos.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Abril de 2019	Julho de 2019
15. Divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica para aplicação dos questionários sobre autoavaliação institucional e avaliação de cursos de graduação e técnicos.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Agosto de 2019	Junho de 2019
16. atualização/reformulação do questionário sobre avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente para atender às necessidades dos cursos técnicos.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Agosto de 2019	Agosto de 2019
17. 1ª. Rodada de avaliações: disponibilização/aplicação dos questionários: a) autoavaliação institucional e b) avaliação de cursos (graduação e técnicos).	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Agosto de 2019	Setembro de 2019

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015-2017

18. Divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica para aplicação dos questionários sobre o trabalho docente e autoavaliação discente.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Setembro de 2019	Setembro de 2019
19. 2ª. Rodada de avaliações: disponibilização/aplicação dos questionários sobre avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Setembro de 2019	Setembro de 2019
20. Elaboração do relatório parcial consolidado (contendo a análise dos dados dos relatórios parciais das SPA's).	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Outubro de 2019	Outubro de 2019
21. Finalização do 2º relatório parcial e envio para o INEP CPA central março de 2019 a março de 2020.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2020	Março de 2020
22. Envio do relatório para reitor, pró-reitores, diretores gerais e procurador institucional.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2020	Março de 2020
23. Divulgação dos dados do 2º relatório parcial via seminário e publicações.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2020	Março de 2020

PERÍODO 2020-2021			
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	INÍCIO	TÉRMINO
24. Curso de capacitação para os membros da CPA (central e coordenadores locais).	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Abril de 2020	Junho de 2020
25. Divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica para aplicação dos questionários sobre autoavaliação institucional e avaliação de cursos de graduação e técnicos.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Agosto de 2020	Agosto de 2020
26. 1ª. Rodada de avaliações: disponibilização/aplicação dos questionários: a) autoavaliação institucional e b) avaliação de cursos (graduação e técnicos).	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Setembro de 2020	Setembro de 2020
27. Divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica para aplicação dos questionários sobre o trabalho docente e autoavaliação discente.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Setembro de 2020	Setembro de 2020
28. 2ª. Rodada de avaliações: disponibilização/aplicação dos questionários sobre avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente.	Comissão Própria de Avaliação Subcomissões Próprias de Avaliação	Novembro de 2020	Novembro de 2020
29. Elaboração do RELATÓRIO FINAL consolidado (com a análise dos dados dos relatórios parciais das CPA's locais e dados dos relatórios parciais 1 e 2 enviados em 2019 e 2020, respectivamente, pela CPA).	Comissão Própria de Avaliação	Dezembro de 2020	Fevereiro de 2021
30. Finalização do RELATÓRIO FINAL e envio para o INEP.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2021	Março de 2021

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2015-2017

31. Envio do relatório para reitor, pró-reitores, diretores gerais e procurador institucional.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2021	Março de 2021
32. Divulgação dos dados do relatório final via seminário e publicações.	Comissão Própria de Avaliação	Março de 2021	Março de 2021

8 ELEMENTOS CONCLUSIVOS

A expectativa é que esse projeto de autoavaliação institucional seja atualizado sempre no início de cada triênio avaliativo. Nesse sentido, a partir de abril de 2021 almeja-se que este documento possa incorporar novas ideias, diretrizes, ações e políticas para que o IFPB amadureça seu processo de avaliação interna.

Que a CPA se estabeleça como uma instância de fundamental importância para a melhoria da qualidade da educação ofertada na instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL, (2004). Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 05 abr. 2004.

BRASIL, (2008). Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008.

IFPB (2015). Resolução nº 241/IFPB. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2004). Diretrizes para a auto-avaliação das instituições. Brasília, 26 de agosto de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004). Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. 12 abr.2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2014). Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. João Pessoa, 02 de outubro de 2015.